

Aumenta a pressão contra a moratória

Washington - O Governo brasileiro estará, a partir desta semana, sob crescente pressão internacional para iniciar entendimentos com os bancos credores. A percepção criada pela equipe econômica brasileira de que a moratória não-declarada sobre os pagamentos da dívida privada de médio e longo prazo teria sido absorvida por Washington e pelos organismos financeiros multilaterais ficou comprometida, na semana passada, depois que o subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, esclareceu a posição americana. Mulford deixou claro que a administração Bush não apoia uma estratégia baseada no não-pagamento.

Kandir poderia ter completado sua missão em Washington exatamente como pretendia, se tivesse sido mais hábil ao descrever o resultado da conversa a dois, mais intérprete, que teve com Mulford. O Tesouro apoiará a posição brasileira de que as negociações com o Fundo e com os bancos são "desconectadas", desde que a equipe econômica apresse o passo e comece a dar demonstrações concretas de sua disposição de negociar com os

banqueiros, esvaziando assim as pressões e impedindo que a conexão inevitável que existe entre os dois processos (afinal, ambos dizem respeito ao financiamento externo do programa) venha à tona e ponha em risco o acordo com o FMI.

Tecnicamente, o fechamento do acordo com o Fundo não depende, em princípio, do pagamento de atrasados, conforme disse Kandir, na semana passada, em Washington.

Mas uma primeira complicação pode ocorrer com a duração da negociação com o Fundo. Kandir afirmou que recebeu o apoio de Washington para fechar rapidamente um acordo com o FMI e previu sua aprovação para outubro. Mas, em declarações "à Cable News Network" na noite de sexta-feira, David Mulford deixou dúvidas sobre esse ponto. "O Brasil tem um programa econômico bastante ambicioso e impressionante. Mas será importante incluir nele as bases para um desempenho continuado. É 'isso que o FMI examinará'", afirmou.

Do ponto de vista de Mulford,

a interrogação que pesa sobre o futuro do programa deriva do cálculo de que, na forma como está, ele dependeria de uma virtual institucionalização do não-pagamento de juros para dar certo. Uma fonte oficial disse que a declaração da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, segundo a qual o País poderá pagar no máximo um bilhão de dólares aos bancos este ano, reforçou esse temor e foi mal recebida. "A afirmação revela a intenção de predeterminedar o desfecho de uma negociação que nem começou", afirmou a fonte.

"O Brasil está trabalhando hoje na prática, com uma hipótese de refinanciamento ou perdão de cem por cento de sua dívida", analisa William Cline, economista do **Institute for International Economics**, um centro de estudos de Washington, que esteve num café da manhã com Kandir, na sexta-feira. "Numa negociação de redução da dívida, creio que o máximo que o Brasil pode conseguir é um desconto de 40 por cento um pouco mais do que o México e a Venezuela conseguiram".